ISSN: 2178-079X

REVISTA
Cadernos de Educação
FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

Democracia escolar: estudantes da EJA e conflitos políticos na escola

School democracy: EJA students and political conflicts at school

Democracia escolar: los estudiantes de la EJA y los conflictos políticos en la escuela

Luciana Silvestre Girelli
Davis Moreira Alvim
Igor Suzano Machado

RESUMO

Este artigo busca compreender como estudantes de cursos Proeja do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) perceberam as situações de conflito político durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022. Estrutura-se em torno do debate sobre a intensificação dos conflitos nas democracias contemporâneas e seu rebatimento no ambiente escolar. Do ponto de vista metodológico, o estudo foi realizado com 20 participantes, divididos entre eleitores e não eleitores do candidato Jair Bolsonaro. Para a coleta de dados, foram utilizados grupos focais e entrevistas não diretivas e semiestruturadas. Os resultados obtidos revelaram que esse período foi vivenciado de forma negativa pelos estudantes devido à agressividade, à violência e à desqualificação do oponente nos embates ocorridos no ambiente escolar. Apesar disso, os participantes defenderam a escola como lugar de debate político, desde que pautado pelo respeito ao oponente e pela pluralidade de ideias. Conclui-se que, apesar da negatividade atribuída à experiência escolar durante as eleições presidenciais, os estudantes defendem o reconhecimento da legitimidade e da livre expressão das diversas tendências políticas nesse espaço. Nesse sentido, indica-se a importância de a escola refletir sobre suas práticas pedagógicas, especialmente no que diz respeito à construção de um ambiente democrático e politicamente plural.

Palavras-chave: conflito político; escola; democracia; agonismo.

ABSTRACT

This article seeks to understand how students enrolled in Proeja courses at the Federal Institute of Espírito Santo (Ifes) perceived situations of political conflict during the 2018 and 2022 Brazilian presidential elections. It is structured around the debate on the

intensification of conflicts in contemporary democracies and their impact on the school environment. Methodologically, the study was conducted with 20 participants, divided between voters and non-voters of candidate Jair Bolsonaro. Data collection involved focus groups and non-directive, semi-structured interviews. The results revealed that this period was experienced negatively by the students due to the aggressiveness, violence, and disqualification of the opponent in the clashes that occurred in the school environment. Despite this, the participants defended the school as a place for political debate, provided it is based on respect for the opponent and the plurality of ideas. It is concluded that, despite the negativity attributed to the school experience during the presidential elections, the students defend the recognition of the legitimacy and free expression of diverse political tendencies in this space. In this sense, the importance of the school reflecting on its pedagogical practices is indicated, especially with regard to building a democratic and politically plural environment.
Keywords: political conflict; school; democracy; agonism.

RESUMEN

Este artículo busca comprender cómo los estudiantes matriculados en los cursos Proeja del Instituto Federal de Espírito Santo (Ifes) percibieron las situaciones de conflicto político durante las elecciones presidenciales brasileñas de 2018 y 2022. El estudio se estructura en torno al debate sobre la intensificación de los conflictos en las democracias contemporáneas y su impacto en el entorno escolar. Desde un punto de vista metodológico, el estudio se realizó con 20 participantes, divididos entre votantes y no votantes del candidato Jair Bolsonaro. Para la recopilación de datos, se utilizaron grupos focales y entrevistas no directivas y semiestructuradas. Los resultados revelaron que los estudiantes experimentaron este período de forma negativa debido a la agresión, la violencia y la descalificación del oponente en los enfrentamientos ocurridos en el entorno escolar. A pesar de esto, los participantes defendieron la escuela como espacio para el debate político, siempre que este se guíe por el respeto al oponente y la pluralidad de ideas. Se concluye que, a pesar de la negatividad atribuida a la experiencia escolar durante las elecciones presidenciales, los estudiantes defienden el reconocimiento de la legitimidad y la libre expresión de diversas tendencias políticas en este espacio. En este sentido, se señala la importancia de que la escuela reflexione sobre sus prácticas pedagógicas, especialmente en lo que respecta a la construcción de un entorno democrático y políticamente plural.
Palabras-clave: conflicto político; escuela; democracia; agonismo.

Introdução

Desde o início do século XXI, os brasileiros têm vivenciado um adensamento dos conflitos políticos. Por exemplo, uma série de protestos eclodiu à medida que o século avançava. Entre eles, as manifestações ligadas à mobilidade urbana, como a Revolta do Buzu (2003), em Salvador, as Revoltas da Catraca (2004 e 2005), em Florianópolis, e as colossais Jornadas de Junho de 2013. Aconteceram diversas marchas contra o genocídio da população negra,

paradas LGBTQIA+, marchas em defesa da legalização da maconha e ocupações de escolas públicas por estudantes secundaristas, além da Greve dos Caminhoneiros (Revolta da Caçamba) e de várias manifestações com pautas feministas, como as Marchas das Vadias e os protestos contra Jair Messias Bolsonaro durante as eleições de 2018.

O novo século tem sido marcado pela crescente capacidade mobilizadora das novas direitas, que cunharam formas inusitadas de ativismo, ocupando “as redes e as ruas brasileiras, deixando atônitos analistas políticos acostumados a associar movimentos sociais e manifestações apenas a grupos de esquerda” (Rocha, 2021, p. 9). São expressões dessa capacidade mobilizadora as grandes manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016, os atos públicos a favor da Operação Lava Jato, as vigílias em frente aos quartéis e tiros de guerra em protesto em relação à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e, finalmente, o malsucedido ato antidemocrático e golpista que promoveu a depredação dos edifícios dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

A intensificação dos conflitos políticos também foi sentida com a emergência de uma nova forma de polarização política. Uma reviravolta transformou o antigo conflito entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) numa polarização política e afetiva entre a extrema direita e a esquerda progressista. Para Felipe Nunes e Thomas Traumann (2023), entre 1994 e 2006, a disputa entre o PT e o PSDB tinha duas características basilares: primeiro, os adversários reconheciam, mutuamente, a legitimidade da existência do rival e, além disso, a polarização ficava restrita aos políticos profissionais e aos partidos políticos, não possuindo uma penetração social expressiva.

Durante a segunda década do século XXI, houve, progressivamente, um realinhamento político e social, marcado pela intensificação do antipetismo e por uma polarização política que se tornou afetiva, fazendo com que muitos brasileiros passassem a compreender o adversário político como um inimigo ilegítimo e a sentir profundo ódio dos eleitores do candidato oposto. Ou seja, a nova polarização política e afetiva transcendeu o âmbito político-partidário e adentrou o campo social, afetando diretamente instâncias cotidianas, como as famílias, as amizades, os relacionamentos amorosos, as redes sociais virtuais e as escolas.

As eleições presidenciais de 2018 e de 2022 foram momentos peculiares desse processo, durante as quais ocorreu uma energização significativa dos conflitos políticos. A disputa eleitoral entre Jair Bolsonaro e os candidatos do PT, Fernando Haddad em 2018 e Lula em 2022, acentuou polêmicas e divergências políticas entre os brasileiros. O ambiente escolar, por sua vez, não ficou alheio a esse processo, sendo arena de conflitos políticos vivenciados pelos sujeitos que nele transitavam.

As consequências dos conflitos, entre a esquerda progressista e a nova direita, para o ambiente educacional é um tema que não recebeu a devida atenção das pesquisas educacionais brasileiras. Fazendo uso dos descritores conflito político e escola, o site da Scielo, por exemplo, encontra apenas um artigo que trata da reforma do ensino paulista em 1920. Já o uso dos descritores democracia e escola encontra 78 registros, dos quais apenas dois se referem ao problema das divergências políticas entre as esquerdas e as direitas sobre educação (Guilherme; Picoli, 2018; Dalbosco; Salomão; Doro, 2021). Os dois artigos, por sua vez, estão concentrados em denunciar as maneiras como as tendências neoconservadoras provocam a destruição da educação escolar e impedem o funcionamento da democracia. Nenhum deles busca avançar na compreensão sobre o funcionamento da diversidade política nos espaços escolares e, tampouco, investigam as divergências estudantis em torno da política nacional.

Este artigo aposta na urgência em compreender o papel da escola ante um contexto nacional imerso em divergências e mobilizações políticas. Para tanto, propõe-se a analisar como os estudantes perceberam as situações de conflito político na escola e de que forma reagiram a elas no cenário das duas últimas eleições presidenciais no Brasil. Ou seja, o objetivo do texto é refletir sobre como os conflitos políticos foram compreendidos e vivenciados por estudantes no contexto escolar em ocasiões de intensificação do embate político nacional.

O público de que trata este artigo é composto por estudantes ligados a cursos técnicos vinculados ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), campus Vitória. São cursos com a finalidade de atender

sujeitos acima de 18 anos que não conseguiram concluir o ensino médio e buscam inserção no mundo do trabalho. Tais alunos são marcados pela descontinuidade na trajetória escolar e residem em bairros da periferia urbana da região metropolitana da Grande Vitória. Em sua maioria, são jovens, pretos e pardos, e sua condição socioeconômica é marcada pela baixa renda.

A pesquisa que gerou os dados deste artigo[1] selecionou 20 estudantes dos cursos do Proeja/Ifes, campus Vitória, sob os seguintes critérios: possuir registro de matrícula na escola entre os anos de 2018 e 2022 e ter declarado, publicamente, sua opção de voto para presidente da República. Solicitou-se aos professores e à equipe pedagógica do Proeja indicações de participantes com esse perfil, uma vez que esses profissionais mantiveram contato direto com os alunos no intervalo temporal estabelecido na pesquisa, seja em sala de aula, seja em outros ambientes e, assim, puderam indicar estudantes conforme os critérios estabelecidos.

Dessa forma, foram selecionados 11 estudantes que votaram nos candidatos petistas no segundo turno em 2018 e 2022 e nove que votaram em Bolsonaro nos mesmos anos. Os participantes do estudo eram de cursos técnicos distintos, a saber: Guia de Turismo, Segurança do Trabalho, Metalurgia e Cadista para Construção Civil. Apresentavam idade entre 21 e 64 anos, sendo a metade com menos de 39 anos. Mulheres e homens estavam, igualmente, representados, ao passo que, em termos de orientação sexual, apenas dois alunos não se declararam heterossexuais, identificando-se como homossexual e bissexual.

No que tange à raça e etnia, 15 declararam-se pretos e pardos, e 5 brancos. Acerca dos aspectos socioeconômicos, dos 20 participantes, 16 possuíam renda familiar de até 3 salários mínimos. Em termos profissionais, a maioria possuía ocupação no setor de serviços, seja formal ou informal, tais como vendedor, motoboy, açougueiro, gari, operador de telemarketing, confeiteira, diarista, comerciante, entre outros. Alguns se encontravam

[1] A partir da tese de doutorado de Girelli (2024), foi possível realizar uma análise comparativa entre os processos de identificação política de estudantes eleitores de Jair Bolsonaro e daqueles que não votaram nos vencedores dos pleitos presidenciais de 2018 e de 2022. Ademais, o estudo de que trata o artigo encontra-se em conformidade com as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo e consta como aprovado na Plataforma Brasil sob o nº 56607722.2.0000.5542.

desempregados e outros declararam atuação na área industrial como trabalhadores terceirizados.

Sobre os instrumentos utilizados na coleta de dados da pesquisa, cujo caráter foi eminentemente qualitativo, foram realizadas entrevistas em profundidade, tanto não diretivas, quanto semiestruturadas, em 2022, e foram conduzidos grupos focais em 2023. Em termos de organização, o artigo está dividido em três seções, das quais a primeira discute a concepção de conflito político como inerente às democracias, bem como o papel da escola nesse contexto. Já a segunda sessão discute, a partir da narrativa dos estudantes, o modo como os conflitos políticos adentraram a escola no contexto das eleições presidenciais e como eles lidaram com isso. A terceira seção, por sua vez, promove uma reflexão acerca da democracia escolar, considerando as especificidades e potencialidades desse espaço diante dos desafios da vida democrática. Nas considerações finais, constam reflexões sobre a importância da temática para os profissionais da educação, sobretudo, docentes.

Conflitos políticos nas democracias

O que fazer com os conflitos políticos tão corriqueiros nas democracias? Suprimi-los? Harmonizá-los? Evitá-los? Solucioná-los? Chantal Mouffe (2015) afirma que a expressão do conflito político é uma condição necessária à democracia. Suas pesquisas partem do referencial teórico que construíra com Ernesto Laclau, em uma tentativa conjunta de superação de aporias do marxismo, com a assimilação de correntes de pensamento pós-estruturalistas, a que chamaram de pós-marxismo (Laclau; Mouffe, 2015). Esse referencial compreende de modo singular a constituição do social, bem como do político e da política. Laclau e Mouffe entendem que o social é politicamente construído, o que faz com que o político adquira uma centralidade na compreensão do campo social, assumindo uma dimensão ontológica e não apenas o papel secundário de uma superestrutura. As relações sociais, entendidas como relações políticas, constituem-se em torno de limites antagonísticos.

Mendonça (2012, p. 207) esclarece que as relações políticas não se constituem a partir de lutas entre identidades dadas, consideradas de maneira essencialista, mas justamente por meio de relações de antagonismo:

> O antagonismo, antes de ser uma relação entre objetividades já dadas, representa o próprio momento em que elas passam a ser constituídas. Assim, antagonismo é condição de possibilidade para a formação de identidades políticas [...] e não meramente um campo de batalha que se forma entre duas forças com existências prévias.

Para Laclau e Mouffe (2015), o político é uma dimensão de antagonismo constitutiva das sociedades humanas, ao passo que a política é considerada o conjunto de práticas e instituições que criam determinada ordem para fazer coexistir a convivência humana no contexto de conflito produzido pelo político. O conflito, portanto, é uma dimensão constitutiva das relações sociais e políticas, sendo impossível a sua dissolução em nome de um consenso racional. Não é um distúrbio que possa ser eliminado, nem mesmo um impedimento para a democracia, mas sim uma condição para a política democrática pluralista. Dessa maneira, a cientista política belga afirma que “as relações de poder são constitutivas do social, então a questão principal da política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos” (Mouffe, 2003, p. 14).

Mouffe (2015) propõe o que chama de pluralismo agonístico, cujo propósito seria a construção de uma política democrática na qual o outro não seja percebido como um inimigo a ser destruído, mas sim como um adversário legítimo. Trata-se, portanto, de alguém cujas ideias possam ser combatidas, mas que tenha assegurado o direito de defendê-las no campo democrático. Dessa forma, haveria uma tolerância democrática, que não se baseia na aceitação forçada de visões com as quais se diverge e nem na total indiferença com pontos de vista discordantes. O que haveria em comum nessa relação adversarial seriam princípios ético-políticos da democracia, a saber, a liberdade e a igualdade.

Admitir o “outro” como adversário em um princípio de igualdade, e não como inimigo, não implica erradicação do antagonismo, mas em uma forma de sua expressão: o agonismo. O modelo adversarial se apresentaria, assim, segundo ela, como constitutivo da democracia porque permitiria à política democrática transformar os antagonismos em agonismos. Com isso, a dimensão antagônica se mantém presente, mas se desenvolve sob condições reguladas

por um conjunto de procedimentos democráticos aceitos pelos adversários (Mouffe, 2015).

Para Mouffe (2006), portanto, o propósito da política democrática é justamente transformar o antagonismo em agonismo, ou seja, modificar relações entre inimigos para relações adversariais legitimamente reconhecidas. Essa perspectiva demandaria a existência de mecanismos democráticos que pudessem dar vazão às paixões coletivas ao invés de suprimi-las por meio do consenso racional, o que favoreceria uma mobilização em torno dos objetivos democráticos.

O bom funcionamento da democracia necessita de um intenso debate entre posições. No entanto, a ausência desse debate pode provocar apatia política e falta de apreço pela participação social, bem como o direcionamento das paixões coletivas para projetos autoritários ou movimentos fundamentalistas:

> [...] o resultado pode ser a cristalização de paixões coletivas em torno de questões que não podem ser manejadas pelo processo democrático e uma explosão de antagonismo que pode desafiar os próprios fundamentos da civilidade (Mouffe, 2006, p. 175).

Em que pesem as críticas e ponderações à visão de Mouffe em relação ao agonismo (Freitas, 2020, 2021; Mendonça, 2010), consideramos sua perspectiva extremamente interessante para se pensar a maneira como o conflito político tem sido percebido no cenário brasileiro e como os diversos espaços de socialização, entre os quais a escola, têm lidado com o acirramento dessas tensões.

Se Mouffe afirma a importância do conflito político agonista para as democracias, é preciso, contudo, colocar outra questão: como se dá a relação do conflito político democrático com os espaços escolares? Masschelein e Simons (2014) chamam atenção, justamente, para as possibilidades democráticas que são abertas pela educação escolar. Segundo eles, a escola não é, meramente, um local de preparação para a vida em sociedade, mas, diferentemente, um espaço e um tempo de separação que visa tornar inoperantes as desigualdades que marcam as sociedades. A escola faz isso oferecendo um tempo feito livre para aqueles que, por determinação de seus lugares sociais, não o teriam. Nesse sentido, ela inventa momentos

democráticos que emergem, não raro, sem a permissão curricular da própria instituição escolar. São momentos igualitários e democráticos, marcados pela presunção de que todos são capazes de entendimento e compreensão, inclusive do mundo político. Ou seja, a democracia escolar é aquela que busca liberar a noção de ser sábio de certo dom intelectual biológico ou determinismo social.

Valendo-se dos escritos de Jacques Rancière, especialmente o livro *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual* (2011), Masschelein e Simons (2014) indicam que uma escola democrática é aquela que afasta a despolitização do consenso e promove a abertura para o debate igualitário, de tal forma que estudantes possam divergir, sem servilismo a marcadores sociais como a origem, a idade, a raça e a classe. Ao operar dessa maneira, a escola inventa um desacordo ou um dissenso profundamente democrático, no exato sentido em que oferece uma condição de igualdade para o exercício do conflito político, tão característico e importante para as democracias. Trata-se, aqui, do mais profundo direito a se tornar um sujeito político por meio da abertura ao dissenso educacional, uma vez que o consenso é a própria negação de uma base democrática para a política.

O conflito político, nesse sentido, não possui uma valoração pedagógica negativa, uma vez que é entendido como intrínseco às sociedades e basilar para o escolar. A questão central é como construir condições para sua ampla expressão no âmbito das democracias, inclusive nos ambientes educacionais, transformando a condição do outro como inimigo em um adversário legítimo e fazendo, enfim, do dissenso escolar uma oportunidade de aprendizado igualitário e radicalmente democrático. Essa perspectiva também parece ser o anseio dos estudantes participantes da pesquisa, como será demonstrado na próxima seção.

Conflitos políticos nas escolas

Os estudantes com os quais realizamos essa pesquisa[2] vivenciaram o período das eleições presidenciais, experimentando a emergência de um conflito político que atravessou suas vidas. Apesar da diversidade de perfis políticos e

[2] Os nomes de todos os participantes da pesquisa foram modificados a fim de resguardar sua identidade e seus dados pessoais. Dessa forma, para fins de identificação dos estudantes no texto, foram utilizados codinomes escolhidos aleatoriamente.

ideológicos encontrada entre os participantes, eles foram organizados em dois grupos distintos para a análise dos dados, ou seja, os eleitores e os não eleitores de Jair Bolsonaro.

Essa divisão baseou-se no princípio teórico-metodológico do contraste intergrupo (Pires, 2008), que busca estabelecer uma comparação e uma descrição em profundidade das similaridades e diferenças encontradas entre os sujeitos de um mesmo grupo social. No caso deste estudo, o principal recorte analítico considerou duas formações de identidades políticas distintas: a vencedora nas eleições de 2018, expressa por Jair Bolsonaro, e a que se opôs a ela.

Em termos de perfil político-ideológico, os estudantes eleitores de Bolsonaro declararam-se de centro, direita, liberais e conservadores, com predominância dos conservadores. Não raro, há uma mescla dessas posições e eventualmente alguma menção fora desse espectro tradicional, como demonstrado abaixo:

Quadro 1 – Perfil político-ideológico declarado pelos eleitores de Jair Bolsonaro

Nome do estudante	Perfil declarado na entrevista	Perfil declarado no grupo focal
Lucas	Direita liberal	Direita liberal
Diana	Centro liberal	Centro liberal
Suzana	Direita	Não participou
Eduardo	Conservador, de direita, que olha o social	Centro-direita. Identifica-se com algumas alas da esquerda em relação a políticas públicas. Na questão conservadora, alinha-se mais à direita, mas se considera bem prudente
Pedro	Conservador e de direita	Não participou
Elisângela	Direita	Direita conservadora
Vanda	Nem direita nem esquerda, pela família	Direita
Ronaldo	Direita	Não participou
Dalva	Direita e conservadora	Patriota

Fonte: Girelli (2024).

Já entre os estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro, a maioria considerou-se de esquerda, apresentando-se como militante, apoiador ou simpatizante desse campo político. Há quem se tenha posicionado como

pertencente ao centro ou se autodeclarado a partir da rejeição ao campo conservador, com adjetivos que qualificam sua posição política, conforme disposto abaixo:

Quadro 2 – Perfil político-ideológico declarado pelos não eleitores de Jair Bolsonaro

Nome do estudante	Perfil declarado na entrevista	Perfil declarado no grupo focal
Nilo	Humanista	Odeia a direita. Apesar de não concordar com algumas pautas da esquerda, identifica-se mais com esse campo político
Rosa	Não é conservadora. Nem de direita nem de esquerda	Identifica-se mais com valores da esquerda
Luís	Se na esquerda e na direita tem algo que vê que está certo, vai no que está certo. Sua posição política vai ao encontro do que vai ajudar o país	Não participou
Valentim	Esquerda	Esquerda
Carolina	Alguém que apoia governo de esquerda	Não participou
Tadeu	Cidadão pobre, morador de periferia, brigando para sobreviver, para criar filho pequeno e pagar as contas	Comunista, de postura antifascista
Pablo	Centro. Nem fanático pela direita nem pela esquerda, mas que dialoga com os dois	Não participou
Teresa	Esquerda, petista, defendendo a classe trabalhadora	Não participou
Ruth	Militante de esquerda	De esquerda, antifascista, antirracista e pela defesa da vida
Paulo	Seus amigos dizem que é de esquerda, mas ele não vê assim. É a favor da melhoria do país	De esquerda, muito democrático, preza muito a democracia
Irene	Militante de esquerda	De esquerda, antifascista

Fonte: Girelli (2024).

Durante as entrevistas e os grupos focais, a temática de que trata este artigo foi mobilizada a partir de três questões principais: (1) como os estudantes vivenciaram as eleições de 2018 e 2022 na escola; (2) se a escola pode ser um espaço para se debater questões políticas; e, enfim, (3) como deveria ocorrer essa discussão no ambiente escolar.

Acerca da primeira questão mobilizadora, os estudantes registraram a presença de um intenso conflito político na escola durante o período eleitoral, percepção compartilhada tanto pelos eleitores quanto pelos não eleitores de Jair

Bolsonaro. Em geral, ressaltaram a existência de uma divisão política no ambiente escolar, que se configurou pela adesão ou rejeição ao candidato. Além disso, os participantes disseram que as discussões e os conflitos nesse ambiente foram intensos e inevitáveis, tendo em vista o contexto político polarizado e a necessidade de espaço institucional destinado para debater essas questões.

Embora esses conflitos tenham sido inevitáveis, foram experienciados de maneira negativa pela maioria dos estudantes, sejam eles eleitores ou não de Jair Bolsonaro. Entre as principais justificativas para essa percepção estão: a agressividade e a violência com que ocorreram os debates entre colegas ou entre alunos e professores; o receio de ferir relações afetivas no ambiente escolar; e o medo de ser menosprezado, hostilizado ou sofrer retaliações em virtude de sua posição política, aspecto mencionado majoritariamente pelos eleitores de Bolsonaro.

Entre os que rejeitaram o candidato, alguns estudantes destacaram que os grupos na escola estavam muito “polarizados... Eu acho que quem era Bolsonaro e [...] quem era Haddad praticamente queria se bater, discutia bastante” (Luís, 24 anos, em 13 de maio de 2022, Vitória-ES) e, ainda indicam que “foi um momento muito delicado, porque... meio que tinha uma divisão entre .... os dois posicionamentos de esquerda e de direita, alguns alunos se posicionavam de um lado e outros alunos de um outro e até mesmo professores” (Valentim, 30 anos, em 13 de maio de 2022, Vitória-ES). No mesmo sentido, (Vanda, 46 anos, em 10 de maio de 2022, Vitória-ES), eleitora de Bolsonaro, sugere que foi “um horror. Porque a nossa opinião não tinha vez. Se falasse que ia votar num candidato contra, inverso... Que estava errado... Então, assim, foi um período bastante conturbado”.

Em certas circunstâncias, a forma assumida nos debates na escola demonstrou ser um grande fator de incômodo para os estudantes, principalmente pelo fato de que não gostariam de ter desafetos políticos naquele ambiente:

> Aí, tipo assim, era uma briga danada e, tipo assim, muitas vezes eu ficava neutro por causa que eu não queria brigar com ninguém. Não queria, tipo assim, criar conflito por causa que eu não gosto de criar conflito. [...] Eu acho que na época da eleição, quando o Bolsonaro ganhou, acho que eram as pessoas que quiseram agredir outras pessoas que eram Bolsonaro. E mesma

> coisa, se fosse também ao contrário, ia tentar agredir também por causa que muitas vezes a pessoa determinou que a agressão é a melhor saída. (Luís, 24 anos, eleitor do PT, em 13 de maio de 2022, Vitória-ES).

> [...] e às vezes também foi a ideia da discussão e eu acho que cansa muito, né? Pra maioria das pessoas, essa coisa de ficar discutindo, debater, porque às vezes as pessoas, elas têm essas tendências pro pessoal, pro lado emocional, né? E quando leva pro lado emocional, né? Então gera desafetos, né? Então [...] por isso eu acho que evitava-se discutir. (Eduardo, 30 anos, eleitor de Bolsonaro, em 28 de abril de 2022, Vitória-ES).

O desafeto em virtude da agressividade dos debates políticos levou até mesmo a situações de rupturas entre colegas de turma, como pode ser observado no depoimento de Carolina, que optou por votar em Haddad em 2018 e em Lula em 2022. Ela relata a saída de um estudante da escola por ser, segundo ele, tratado com agressividade devido a sua defesa de posições conservadoras:

> Ele, inclusive, deu um tapa de luva porque ele veio pra escola, ele participou da aula pra avisar que não ia mais estudar no Ifes...aquilo foi... eu até tentei falar com ele, conversar e tal, mas ele realmente não quis me ouvir, ele ficou muito magoado porque sempre teve essa mágoa comigo porque quem foi a primeira pessoa a puxar um assunto político na sala fui eu e induziu a turma toda (Carolina, 32 anos, em 4 de abril de 2022, Vitória-ES).

Nota-se que o receio de ser hostilizado ou desprezado pela sua posição política foi considerado como um elemento de peso na decisão do aluno em deixar os estudos naquele momento, o que nos leva a refletir se essa hostilidade dos conflitos políticos na escola não poderia adensar os diversos fatores que comumente levam à evasão escolar. Esse medo do desprezo em virtude da posição política defendida foi outra razão mencionada para se evitar o conflito político dentro da escola, não sendo exclusividade dos estudantes eleitores de Bolsonaro, mas aparecendo de maneira mais intensa nesses depoimentos.

Muito articulado ao receio de ser hostilizado pela sua posição política, está o incômodo com o não reconhecimento da legitimidade da sua posição, como pode ser verificado no depoimento da estudante eleitora de Bolsonaro. Nota-se que esse não reconhecimento gera, inclusive, um sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar:

> Eu me sentia um peixe fora d'água. Me sentia um peixe fora d'água. Então pra mim não dá, sabe? A pessoa querer fazer a sua cabeça pra você ficar... não dá pra mim, não dá. (Dalva, 64 anos, em 6 de maio de 2022, Vitória-ES).

O estranhamento com formas de silenciamento geradas em situações de conflito político não é, contudo, exclusivo dos eleitores de Bolsonaro. Teresa, militante do Partido dos Trabalhadores (PT), relata a hostilidade que vivenciou ao tentar manifestar sua posição em sala de aula: "Lá, aonde eu estudava3, estava estudando, podia nem falar. Podia nem falar. Na hora que eu abria a boca pra falar, alguém estava me cortando. Mas hoje eu vejo eles arrependidos" (Teresa, 43 anos, em 28 de abril de 2022, Vitória-ES).

Por fim, a outra razão para se evitar o conflito político é a busca por não contrariar os professores, sobretudo os considerados com ideias de esquerda. Para um eleitor de Bolsonaro, o respeito à hierarquia dentro da escola está relacionado à demonstração de respeito pelo professor. Sendo assim, a expressão do conflito é evitada, embora sua existência continue latente:

> [...] Eu acho que é mais uma questão de respeito à autoridade do professor. O professor ele representa algum tipo de autoridade pro aluno. E, às vezes, o aluno... ele sente a necessidade de respeitar a visão daquele professor. E ele evita muitas vezes ele entrar em um embate, né? Por questão do respeito... uma expressão meio nada a ver... respeito hierárquico, né? Respeito de posições, né? Eu estou na condição de aluno, então não vou debater tanto. (Eduardo, 30 anos, em 28 de abril de 2022, Vitória-ES).

Nota-se, pelos depoimentos dos estudantes, que aqueles que não conseguiram expressar em sala de aula ou na escola a sua posição política acabaram assumindo uma posição politicamente silenciosa. Em alguns, a insatisfação se converte em ações como sair da sala de aula no momento da discordância ou, até mesmo, deixar a escola.

A respeito das outras duas questões mobilizadoras do diálogo com os estudantes, podemos afirmar que, em que pesem as posições dos estudantes sobre o desconforto causado pelo conflito político no ambiente escolar e, até mesmo, o não reconhecimento da legitimidade de sua posição política, a grande maioria dos estudantes defende que a escola deve ser um lugar para se discutir

[3] Essa estudante ingressou no Ifes após as eleições de 2018 e relata a sua experiência em uma escola municipal do município de Vila Velha-ES.

política. Para eles, a escola deve ser um lugar que possibilite a apresentação de discordâncias e, enfim, um espaço para a prática democrática, embora seja necessário rever e cuidar da maneira como as discussões acontecem. É interessante ouvir os motivos para que o debate político aconteça dentro da escola. Segundo Carolina, eleitora de Haddad e de Lula:

> [...] é a vida, a escola prepara a gente pra vida. Sem a política... nada, não tem como ir pra frente sem a política, a gente precisa da política pra tudo, até na escola. Falei com ele, a nossa relação é política. A nossa relação é uma relação política independente de não ser uma relação política de partido, mas é uma relação política (Carolina, em 2 de setembro de 2022, Vitória-ES).

No mesmo sentido, Diana, eleitora de Bolsonaro, afirma:

> A política, ela consegue fazer com que você tenha uma opinião, você estudar sobre aquilo e ter opinião sobre isso é muito importante, e a política ela muda o país. Se a política não mudasse o país, tranquilo, seja só uma história comum, mas não, a política ela te possibilita de mudar muitas coisas, de possibilidade de você ajudar o social, de você ajudar financeiramente o seu país (Diana, 24 anos, em 2 de abril de 2022, Vitória-ES).

A política aqui é vista para além dos debates relacionados aos partidos políticos. Nesse sentido, a escola é concebida como um espaço fundamental para o aprofundamento no estudo de determinadas temáticas e pensadores, conforme visto nos trechos abaixo:

> Então eu acho que ainda deveria ter um espaço, deveria estar dentro da grade curricular discutir a política [...]. As pessoas não têm muita ideia do que que é uma luta de classe, né? Elas acham que tudo que você fala de esquerda e direita, tudo se baseia num partido e não é isso, né? Eu acho que a política ela é uma coisa bem mais do que só o partido, né? (Ruth, 46 anos, eleitora do PT, em 29 de abril de 2022, Vitória-ES).

> Ciências Políticas, entender como funciona a política num todo. Brasil, Europa, Ásia, tentar expor como que, como que é as políticas no mundo, né? Como que funciona a política desse país? Como funciona a política deles? Se é relevante ou não, não sei, se vale a pena expor isso pro aluno, mas sei lá, não sei se seria chato, eu gostaria, eu ia ser um aluno que eu até ia tirar nota boa nessa matéria. (Pedro, 32 anos, eleitor de Bolsonaro, em 7 de outubro de 2022, Vitória-ES).

Uma das grandes ponderações dos estudantes relaciona-se ao modo como o conflito político foi conduzido nas discussões dentro da escola. Há um

apelo para que o debate não ocorra de forma violenta e agressiva. O respeito às posições políticas divergentes, admitindo que elas não serão consensuadas, é considerado fundamental, como pode ser visto no depoimento de Luís (24 anos, eleitor do PT, em 13 de maio de 2022, Vitória-ES):

> Além de ter um conhecimento pra você não cair na porrada, não agredir verbalmente ou fisicamente as pessoas. Então, o que eu vejo? Ah, se eu tenho uma posição política e a outra pessoa tem a posição política dela, eu vou respeitar. Mas eu também não sou obrigado a aceitar. Se a pessoa quiser ouvir o que eu estou pensando, ela ouve, mas se ela não quiser ouvir, ela não ouve. E hoje se o mundo fosse mais tolerante na época de política, aí a gente não ia ter tanta discussão. Tipo assim, discussão, tipo assim, onde há agressão verbalmente, onde você xinga a pessoa, onde você fala que a pessoa é burra, idiota, que está votando naquela pessoa. Porque ela não acredita no ideal daquela pessoa.

Valentim, que optou por votar em candidatos petistas, propõe inclusive uma classificação: há discussões “necessárias” e “desnecessárias”, e o modo como elas ocorrem é o grande fator de distinção entre elas. Em sua visão, as discussões consideradas “necessárias” deveriam prevalecer no ambiente escolar.

> A necessária que eu acho que é aquela discussão branda, que é só troca de opiniões. [...] As discussões desnecessárias é quando esse ponto de vista, já os nervos se alteravam, algumas pessoas não aceitavam, falava que era mentira e aí começava uma discussão mais.... É como é que eu posso dizer... mais violenta, algo que ofendesse realmente a outra pessoa, tipo, algumas pessoas se retiravam, não aceitava opinião. Isso causa um desconforto, ao longo do dia, as pessoas já não se falavam mais. Então necessário era somente a troca de conhecimento e aquela conversa em que não tivesse uma discussão mais agressiva. (Valentim, 30 anos, em 13 de maio de 2022, Vitória-ES).

Os estudantes destacaram ainda a importância de possibilitar a expressão de posições divergentes em sala de aula. E mais: o reconhecimento de suas posições como legítimas. Esse posicionamento foi apresentado pelos estudantes que votaram em Jair Bolsonaro. O depoimento a seguir, concedido por um estudante que se considera conservador, sintetiza bastante esse ponto de vista.

> [...] eu respeito a individualidade do professor. E assim, o

> professor é um ser humano, ele tem as suas preferências. É igual, por exemplo, teve aquela discussão da escola sem partido. Eu sempre fui contra aquilo. Pra mim, é o professor que tem a liberdade de se expressar da forma como ele quiser, né? Independentemente se o posicionamento dele vai agradar ou não. Mas seria, acho que seria bem interessante se houvesse uma discussão mais ampla, mais geral, né? Que aí daria um pouquinho mais de vantagem. Não é vantagem. Daria um pouquinho mais de opção pro aluno. Principalmente o aluno que está formando, no início, eu digo mais em relação aos alunos mais novos, né? O aluno que está formando a consciência política dele, né? Ele está formando e às vezes a escola é o único instrumento assim de um aprendizado, né? (Eduardo, 30 anos, em 28 de abril de 2022, Vitória-ES).

Nota-se acima a curiosa perspectiva de um estudante identificado à direita que se posicionou contra o princípio de neutralidade do professor, ou seja, uma das grandes bandeiras da direita conservadora: o movimento Escola Sem Partido. Alguns estudantes, inclusive, apontam como gostariam de aulas nas quais o conflito político pudesse ser explicitado de forma a legitimar as posições divergentes. Interessante observar que, no depoimento da estudante que se apresenta a seguir, há certa disposição para refletir a partir de novos elementos que ela não consegue sozinha perceber sobre um determinado assunto, demonstrando a não adoção de uma posição cristalizada e fixa. Além do reconhecimento e respeito pela sua posição, ela, que é eleitora de Bolsonaro, descreve uma aula que considera construtiva:

> Que agrega no meu pensar ou até naquilo que, vamos supor, eu estou pensando que é A. Mas a pessoa está explicando, eu vejo que não é bem o A, é o Z, então isso pra mim é construtivo, me mostrar algo que eu não estou conseguindo visualizar. E aquela pessoa com uma perspectiva vai me mostrando algo que eu posso ver de uma forma diferente. Então, assim, eu acho que isso é algo construtivo. [...] Tem um professor que quando ele fala em política, ele não fala “eu estou certo, você está errado”, não. Ele ouve a opinião de cada um. Ele ouve e respeita. Isso eu acho bacana. Então assim, quando a gente debate, discute algo que a gente respeita o colega, eu acho que isso é construtivo também (Vanda, 46 anos, em 10 de maio de 2022, Vitória-ES).

É possível observar que a escola oferece oportunidades potentes para a emergência de momentos de convivência democrática igualitária:

> [...] comecei a conviver com alunos que tinham posicionamentos diferentes. Vou usar o exemplo aqui do Eduardo, né? [...] ele

> sempre se identificou como uma pessoa de direita e ele sempre se posicionou em relação às pautas dele e às coisas que ele acreditava, e isso para mim causava na gente aquela coisa de impacto, de ver o outro lado da moeda. [...] Então, ficava aquela linha ali, todo mundo, um se posicionando com o outro em relação à política, mas sempre, às vezes, era de uma forma um pouco agressiva, às vezes não, mas todo mundo conseguia se posicionar e ali eu fico um pouco mais convicto, porque eu comecei a ver os dois lados da moeda e pude escolher o lado que eu quis (Valentim, 30 anos, eleitor do PT, em 13 de maio de 2022, Vitória-ES).

Observa-se que, para Valentim, a convivência com Eduardo possibilitou uma diversidade de aprendizados: a escuta de ideias opostas, a migração de um debate agressivo para uma dinâmica conflitiva saudável e, enfim, o reconhecimento da importância de um ambiente igualitário onde todos podem se posicionar.

Diana, eleitora de Bolsonaro, também descreve uma aula que considerou muito positiva no que se refere à boa condução dos conflitos políticos em sala de aula. Nota-se que ela menciona o papel da escola em apresentar ao estudante a multiplicidade de visões políticas existentes e proporcionar o aprofundamento teórico em cada uma delas:

> [...] ele fazia uma coisa na aula dele que eu amava que era o debate... então, pra mim, debater uma ideia, eu tinha que estudar sobre aquela ideia pra me defender e eu sempre quis ter poder sobre liberalismo porque eu achava essa história muito massa [...]. Porque a aula do professor sempre foi uma aula ampla. Você pode ter a opinião que você quiser. E eu vou te ensinar sobre a sua opinião. Não vou excluir sua opinião [...]. Eu falo isso e você vai ter que fazer isso porque eu sou superior a você... se você não concordar, eu te reprovo... então a aula do professor é isso, entendeu? É uma aula que te dá possibilidades. Eu acho que tem que mostrar todas. [...] Todas as opiniões. [...] o que que é um liberalismo, o que que é uma esquerda, o que que é uma direita, o que que é um conservadorismo, que que é um feminismo, porque hoje em dia se você falar que é feminista dentro da direita você é massacrada! (Diana, 24 anos, em 2 de abril de 2022, Vitória - ES).

Os depoimentos dos estudantes demonstram seu engajamento em uma noção de democracia escolar que ultrapassa um método de agregação de preferências individuais no momento das eleições. A forma como veem a política e, em especial, a política na escola está marcada pela mais profunda defesa da produção de momentos democráticos nos espaços escolares. É esta última ideia

que, no próximo tópico, será usada para discutir o modo como os conflitos políticos podem ser encarados no ambiente escolar.

Em busca de uma democracia agonística na escola

Em *Brasil no Espelho* (2025), Felipe Nunes sugere que, depois da enorme onda de mudanças que atravessou o Brasil nas primeiras décadas do século XXI, perdemos muito de nossa capacidade de nos perceber enquanto sociedade. O país se encontra em um período instável que suscita desconforto, alterações de valores, frustrações e expectativas que geram a necessidade urgente de compreensão da nova condição nacional. Defendemos que a escola tem um papel importante no processo de aprender a conviver com as mudanças e com o conflito político.

Masschelein e Simons (2014) lembram-nos que escola pode e deve transformar o debate político em "coisa-em-comum", fazendo com que todos sejam e se percebam como "capazes-de". Trata-se da promoção de momentos democráticos na forma específica do escolar, algo que dificilmente é possibilitado com tamanha ênfase em outros espaços, tais como a família, a religião e o mercado. Como vimos, a percepção da incrível potencialidade da democracia escolar é não apenas defendida, mas verdadeiramente produzida pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, inclusive, em alguns casos, contra as formas mais endurecidas de ensino e aprendizagem que também habitam a escola. Há, entre os participantes da pesquisa, um anseio pelos princípios democráticos, segundo os quais a vivacidade da democracia está justamente na possibilidade de expressão dos conflitos políticos e na disputa de projetos de sociedade. A não canalização dos afetos e paixões coletivas trouxe, contudo, apatia e silenciamento entre muitos estudantes.

Para buscar pistas do papel da escola na constituição de debates democráticos, foram entrevistados estudantes que possuíam posições políticas ostensivas em sala de aula ou nas redes sociais. Ou seja, estudantes especialmente interessados em política, o que, vale notar, pode direcioná-los a assumir uma perspectiva mais favorável do que a média com relação ao debate político na sala de aula. Além disso, trata-se de um grupo de estudantes marcado pela descontinuidade no desenvolvimento dos seus estudos, que mesclam

experiências dentro e fora da escola de uma forma que o estudante do ensino médio regular talvez não o faça.

O depoimento dos estudantes revela que o conflito político é inevitável e constituinte das relações sociais, inclusive nos espaços escolares. Nas conversas com os estudantes do Proeja, ficou bastante evidente a dificuldade de estabelecimento de consensos quando se trata de posições divergentes contundentes. Podemos observar que as relações antagonísticas se expressaram em diversos momentos dentro da escola no contexto das eleições presidenciais. Além disso, a percepção do outro como inimigo a ser destruído foi bastante acentuada e criticada, o que pode ser verificado quando o conflito é caracterizado em termos de agressividade e violência. Nesse sentido, a transformação de relações de antagonismo em agonismo, ou seja, a percepção do outro como um adversário legítimo, e não como inimigo a ser destruído, emerge enquanto um desejo, até mesmo uma prática escolar, expresso em diversas falas dos estudantes, tanto dos que votaram em Jair Bolsonaro quanto dos eleitores do PT. À direita e à esquerda, emerge um apelo ao respeito e à diversidade, na mesma medida em que se defende o debate sobre a política nas salas de aula, contrariando a visão advogada pelo Movimento Escola Sem Partido que requeria isenção do debate político na escola (Santos; Biroli, 2023).

O reconhecimento da legitimidade da posição do outro, elemento fundamental para que a democracia se estabeleça, foi bastante requisitado pelos participantes. Esse reconhecimento contribui para a permanência desses estudantes dentro de um ambiente democrático, o que pode ser percebido quando eles citam aulas das quais gostaram de participar, pois os conflitos políticos não foram suprimidos, mas, antes, colocados em debate. Ao passo que as aulas ou espaços escolares em que a sua posição não foi reconhecida como legítima, foi hostilizada ou tratada com indiferença, conduziu os estudantes para fora do ambiente democrático, seja pelo silenciamento de suas posições, seja pela sua saída de sala de aula ou até mesmo da escola.

Quando recusam o debate político hostil e violento, os estudantes estão reivindicando um espaço de dissenso marcado pela igualdade intelectual plena. Nesse sentido, é fundamental canalizar as paixões coletivas para a defesa de princípios éticos-políticos democráticos, pois o afastamento dos sujeitos dos ambientes plurais pode provocar apatia social ou falta de apreço pela

participação política, o que tende a aproximá-los de perspectivas políticas extremistas ou fundamentalistas.

Boa parte dos estudantes mencionou nas entrevistas e nos grupos focais que, além da escola, a religião e as redes sociais são seus espaços prioritários de socialização. Tais ambientes podem não contar com o mesmo espaço de debate de ideias que os alunos podem e almejam ter nas escolas.

É importante ressaltar também que a ideia de democracia, conforme elaborada por Laclau e Mouffe (2015), implica o espraiamento dos princípios democráticos por diversos âmbitos da vida social. Na visão dos autores, a política não se restringe a procedimentos e instituições específicos e a uma esfera de ação especializada, como as eleições, os partidos e ações governamentais. Logo, a democracia radical não reconhece as fronteiras rígidas entre o público e o privado, ou qualquer outra forma de isolamento de espaços de vivência, apartando-os da política, reconhecida como inextricável dimensão conflituosa da vida em sociedade. Inspirado em Mouffe, Freitas (2021, p. 5), afirma que:

> Podemos entender a democracia como uma organização de vida, e não simplesmente como forma de governo. Democracia, nesse sentido, está ligada a sentimentos compartilhados entre cidadãos que se reconhecem como interlocutores legítimos diante de conflitos políticos, ou seja, mediante ideias contrárias/opostas. Conflitos que podem emergir em diversos locais do social, como, por exemplo, no ambiente do trabalho ou mesmo na família, e que sejam lidos e amparados pelos valores democráticos: o reconhecimento e a legitimidade da contrariedade. A democracia, enquanto modelo político, deve garantir os mecanismos necessários para que manifestações conflituosas sejam “absorvidas” pelas normas institucionais, e não denegadas, garantindo sua vitalidade e estabilidade.

O ambiente escolar é, notadamente, um desses vários cenários em que os conflitos políticos podem emergir. Se esse ambiente escolar é comprometido com o pluralismo agonístico, a escola pode produzir momentos de experimentação de uma democracia agonística. Tais princípios devem não apenas orientar as práticas escolares, como tais práticas devem ter como objetivo o enraizamento e aprofundamento desses princípios. Os estudantes participantes da pesquisa parecem encampar essa demanda, a qual não veem como plenamente atendida.

Ora, o fechamento do canal de expressividade dos antagonismos políticos

nas escolas não parece ter como consequência menos antagonismos. Ao contrário, resulta apenas na sua expressão em ambientes menos democráticos, nos quais os antagonismos têm menos chances de ser convertidos em agonismos. Nesses contextos, eles tendem a se manifestar em radicalismos e fundamentalismos que não reconhecem o outro como participante legítimo de uma mesma democracia.

A perspectiva pedagógica de uma democracia pluralista agonística, cuja condição de existência implica a aceitação do conflito político como elemento fundante da vida escolar, contribui para se pensar em propostas didáticas que vão ao encontro desses princípios democráticos. Tal perspectiva não implica, de maneira alguma, neutralizar o papel do professor como mediador dos debates ou mesmo da escola em propor discussões e reflexões acerca de questões sensíveis e polêmicas. Pelo contrário, a reflexão proposta por este artigo sugere um olhar mais atento à forma como as práticas pedagógicas podem ser conduzidas nas salas de aula, de maneira a angariar e produzir sujeitos que defendem princípios democráticos.

Considerações finais: estudantes pela democracia escolar

Neste artigo, realizamos uma reflexão acerca do papel da escola em um cenário de intensificação dos conflitos políticos, com ênfase nas duas últimas eleições presidenciais. A partir da percepção dos estudantes de cursos técnicos do Proeja, obtidas por meio de entrevistas e grupos focais, observamos que o conflito político pareceu, aos estudantes, inevitável. Embora reconhecido como forçoso e necessário, certas formas do conflito são vistas de maneira negativa por muitos deles, especialmente em virtude da forma como as discussões aconteceram, ora de forma agressiva e violenta, ora de modo a deslegitimar determinadas posições políticas. Em que pese essa situação, a escola é compreendida como um espaço onde o debate político deve acontecer, mas de uma forma diferente de como ocorreu na maior parte das situações relatadas: deve prevalecer o debate de ideias e o respeito às divergências, além de haver o reconhecimento da legitimidade das diversas posições políticas.

A percepção das nuances dessa temática constitui-se como uma chave importante de reflexão sobre as práticas docentes, muito pautadas ora pela

autocensura em virtude das ameaças do “Escola Sem Partido”, ora direcionadas pela defesa dos princípios democráticos sem uma análise minuciosa sobre como lidar com as expressões do conflito político e, sobretudo, com as manifestações do campo conservador no ambiente escolar (Alvim; Mação; Girelli, 2022). Reafirmar os princípios democráticos do modelo pluralista agonístico pode contribuir para a renovação e inovação de práticas pedagógicas que valorizem a democracia, sobretudo em um contexto nacional que demanda cada vez mais essa valorização.

Referências

ALVIM, Davis Moreira; MAÇÃO, Izabel Rizzi; GIRELLI, Luciana Silvestre. Guerras culturais escolares: 7 pontos para desarmar o campo minado. *In*: ROSEIRO, Steferson Zanoni; RODRIGUES, José Raimundo; RODRIGUES, Alexsandro. (Org.). **Faburlações de escola**. 1. ed. Itapiranga: Schreiben, 2022. E-book. p. 64-77. DOI: 10.29327/589376. Disponível em: https://www.editoraschreiben.com/livros/faburla%C3%A7%C3%B5es-de-escola. Acesso em: 24 fev. 2023.

DALBOSCO, Cláudio Almir; SALOMÃO, Jelson Becker; DORO, Marcelo José. Ideia de educação pública e cultivo das capacidades humanas. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n.1, pp.157-176, 2021. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4655. Acesso em: 9 mar. 2024.

FREITAS, Felipe Corral de. Repensando o Agonismo: o impasse não superado entre conflito e consenso. **Revista Teoria & Pesquisa**, v.30, n.3, pp. 135-158, 2020. Disponível em: http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/854. Acesso em: 7 jul. 2022.

FREITAS, Felipe Corral de. A política como antagonismo: a irredutibilidade do conflito político. **Caderno CRH**, v.34, pp. 1-24, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/34868. Acesso em: 7 jul. 2022.

GIRELLI, Luciana Silvestre. **Entre a direita e a esquerda no Brasil popular:** um estudo sobre a formação da identificação política de estudantes do Proeja/Ifes nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES), 2024.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, v.23, pp.1-23, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/cVXvMDSmnVHHFs3SF6kTsyB/?lang=pt#. Acesso em: 29 jan. 2023.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. 288p.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **A pedagogia, a democracia, a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 240p.

MENDONÇA, Daniel. Antagonismo como identificação política. **RBCP**, n.9, pp.205-228, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/08.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

MENDONÇA. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**, v.25, n.3, pp. 479-497, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/se/v25n3/04.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política e Sociedade**, n.3, pp.11-26, 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015. Acesso em: 6 jun. 2022.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, n.25, pp.11-23, 2006. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071/5043. Acesso em: 5 jul. 2022.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NUNES, Felipe. **Brasil no espelho**. Rio de Janeiro: Globo, 2025.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. São Paulo: HarperCollings, 2023.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In*: POUPART, Jean. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 154-211.

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre Ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

SANTOS, Rayani Mariano dos; BIROLI, Flávia. Escola sem Partido e processo de desdemocratização do Brasil. **Lua Nova**, v.120, set./dez. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/87pNbFX4mB4k5vqVtJZp4rg/#. Acesso em: 19 jan. 2024.

Editor(a) responsável: Magda Floriana Damiani

Recebido em: 17/01/25
Aceito em: 09/07/25

Luciana Silvestre Girelli
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre em Política Social (Ufes). Professora EBTT do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) - campus Vitória. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH/Ifes). Tem experiência com pesquisas sobre a formação da identificação política em tempos de polarização no Brasil e interesse por teoria social, pensamento social e político brasileiro.
luciana.girelli@ifes.edu.br
http://lattes.cnpq.br/6518466392290560
http://orcid.org/0000-0002-2973-3924

Davis Moreira Alvim
Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – campus Vitória. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH/Ifes). Tem interesse nos seguintes temas: guerras culturais, juventudes e práticas educativas. É líder do Grupo de Pesquisa Educação, Diversidade e Diferença (GEPDD) coordenador do Projeto de Pesquisa Práticas Educativas e Polarização Política (PEPP).
davis.alvim@ifes.edu.br
http://lattes.cnpq.br/2441096806060253
https://orcid.org/0000-0002-9379-0587

Igor Suzano Machado
Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Professor licenciado da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Tem experiência na área de Sociologia, atuando nos seguintes temas: direito, democracia, judicialização da política e das relações sociais, teoria sociológica, teoria política e pensamento social e político brasileiro.
igorsuzano@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/3882899105315228
https://orcid.org/0000-0003-4843-9664